



# ATRIBUIÇÕES DO VEREADOR

## NO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO MUNICIPAL

Estado do MATO GROSSO

**VANDER GONTIJO**

**Consultor de Orçamentos**

**“Todo aquele que detém poder  
tende a abusar dele e assim  
procederá enquanto não  
encontrar limites”**

**Montaigne**

## ATRIBUIÇÕES DO VEREADOR NO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

1. Apreciar as leis orçamentárias (CF- Art. 166); e
2. Controlar e fiscalizar o Executivo (CF – Art. 31)

Como “**apreciar**” uma lei orçamentária?

1. **ETAPA DE ANÁLISE**
2. ETAPA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS
3. ETAPA DE VOTAÇÃO

3

## ETAPA de ANÁLISE

DO LADO DA DESPESA

COMO ANALISAR AS AÇÕES PROPOSTAS?

- ❖ **Mérito:** Cotejar com verdadeiras necessidades da comunidade:  
Conhecimento, experiência pessoal + Opinião da comunidade;
- ❖ **Legitimidade:**
  - Coerência com as funções econômicas e sociais do Estado;
  - Compatível com os princípios gerais e específicos do orçamento; e
  - Com as competências constitucionais do município (CF: arts. 30 e 23).
- ❖ **Planejamento:** As obras e serviços propostos incluem as metas e prioridades que foram aprovadas na LDO?

4

## Código de MANU(\*)

Art. 304º O rei, que não protege os povos e que, entretanto, percebe as rendas, os impostos, os direitos sobre as mercadorias, os presentes cotidianos de flores, frutos e hortaliças e as multas, **vai logo para o inferno depois da morte.**

Art. 305º Este rei que, sem ser o protetor de seus súditos, **toma a sexta parte dos frutos da terra,** é considerado pelos sábios como atraindo sobre si, todos **os pecados dos povos.** (\*) Filho de Brahma e Sarasvati, 1300-AC.

## ETAPA de ANÁLISE

### Do lado da Receita:

**A receita pública** prevista está coerente e correta? Qual é a origem, a natureza e o montante dos recursos a serem obtidos no ano que vem para financiar os gastos propostos? **(financiamento do gasto)**

## ETAPA de ANÁLISE

### Receita e Despesa:

O projeto respeita os requisitos e preceitos constitucionais (CF: arts. 29, 29-A, 30, 23, Cap. II, ...), legais e regimentais? **(aspectos legais)**

7

## BENEFICIÁRIO DA AÇÃO

**Quais são as funções econômicas do Estado?**

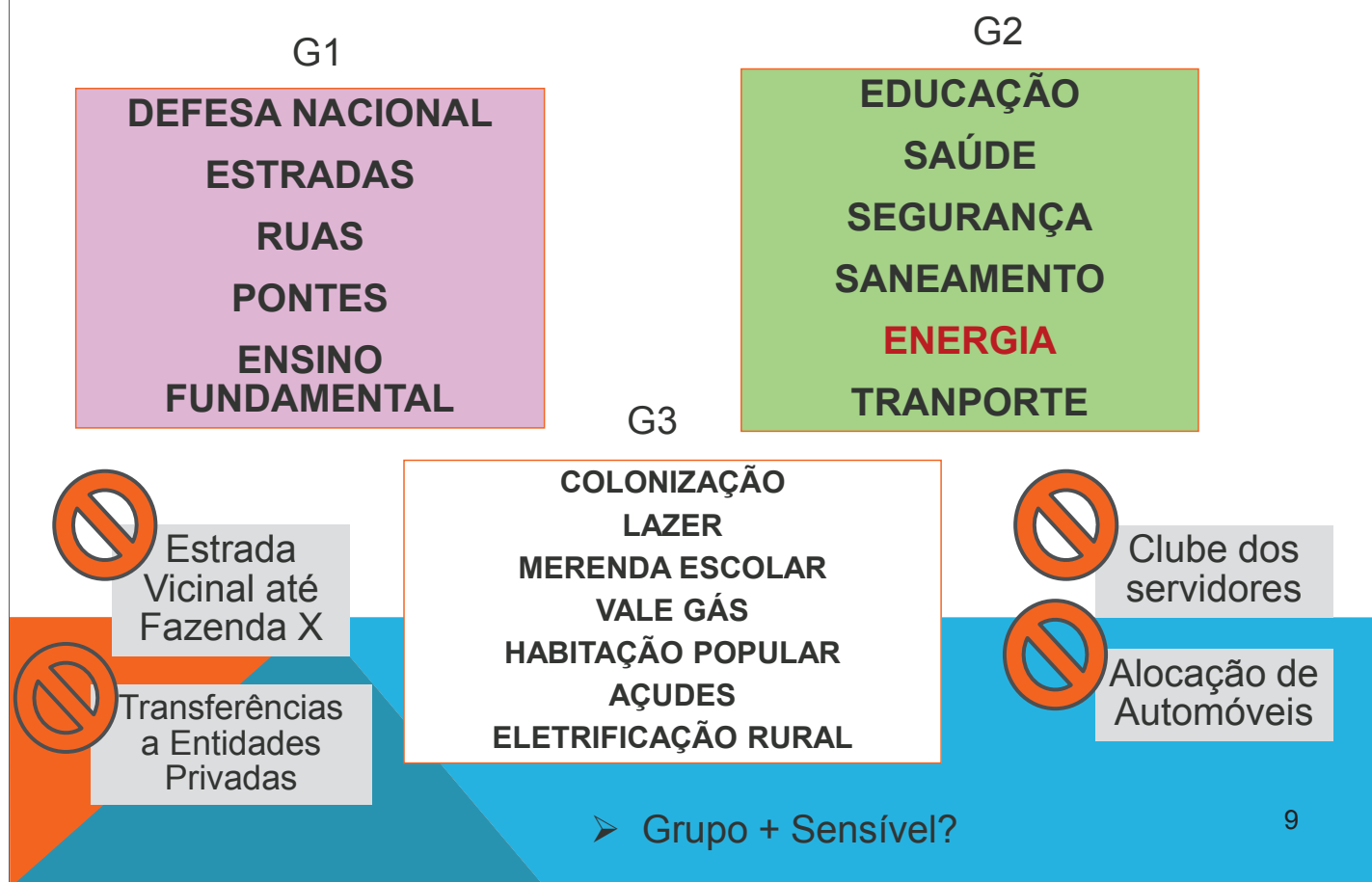
➤ FUNÇÃO ALOCATIVA

FUNÇÃO DISTRIBUTIVA

FUNÇÃO ESTABILIZADORA

8

# FUNÇÃO ALOCATIVA ou PROVIDORA



9

O que pode ajudar nessa análise?

## PRINCÍPIOS GERAIS

CF 88 - Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, [...], **atendidos os princípios estabelecidos** nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado [...]:

CF: Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos **Municípios** obedecerá aos princípios de **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** [...].

**QUASE Perfeita Simetria:**

CEMT: Art. 129 A Administração Pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes do Estado, obedecerá aos princípios de **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade** e, também, ao seguinte:

Porque quase?

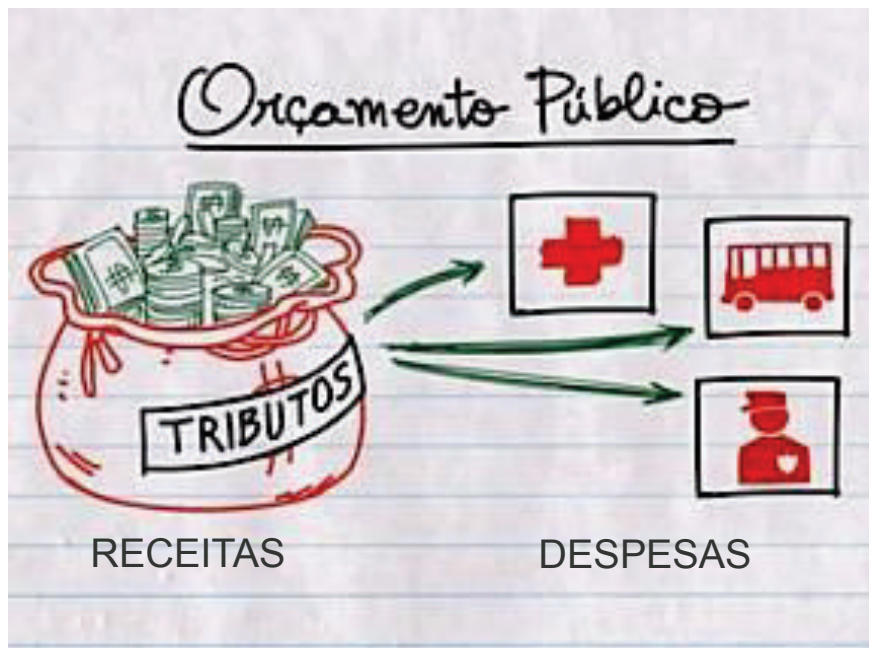
10

Art. 118, Lei Federal 12.708, de 2012 (LDO 2013): **A execução da Lei Orçamentária de 2013 e dos créditos adicionais** obedecerá aos princípios constitucionais da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** na administração pública federal, **não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional.** (negociação, barganha – replicação?)

➤ Aqui já dá para perceber que os princípios são precisamente a **síntese dos valores mais relevantes** de um determinado sistema jurídico.

➤ No caso do **processo legislativo orçamentário**, os princípios **são verdadeiros alicerces** para a **elaboração, apreciação e execução** das leis orçamentárias.

## 1 - PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE (PUREZA!):



13

## 1 - PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE (PUREZA!):

**SIGNIFICADO:** O orçamento deve conter apenas matéria orçamentária ou financeira (receita e despesa) e nada mais.

**Exceção:** Autorização para a abertura de créditos suplementares, a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação da receita.

**Consequência:** evitar “caudas e rabilongos” ou “caronas”

**Respaldo Legal:**

Art. 165, § 8º, CF 88:

“A lei orçamentária anual **não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa ...**”

**CE-MT: Art.162, § 7º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação da operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei federal.**

14

O que cabe ao Vereador?

## 2 - PRINCÍPIO DA UNIDADE, TOTALIDADE:

**Significado:** O orçamento deve ser uno, ou seja, deve existir apenas **um** orçamento. (Fiscal + Seguridade Social + Investimento > integrado, compatibilizado)

### Consequências:

1. Permite retratar o desempenho global das finanças públicas e o controle racional e direto das operações financeiras de responsabilidade do Executivo.

15

## 3 - ANUALIDADE OU PERIODICIDADE.

**Significado:** As previsões de receita e de despesa devem referir-se a um **período limitado no tempo**.

### Consequências:

- Exige **autorização periódica** do Parlamento.
- Pereniza o “poder” do Legislativo de “decretar” a aprovação de receitas e despesas públicas.
- Submete, periodicamente, o Executivo ao crivo dos representantes da sociedade.

### Respaldo Legal:

CF 88, art. 165, § 5º “A lei orçamentária **anual** compreenderá:....”

CE-MT: Art. 194 - O projeto de lei do **orçamento anual** ou os projetos de lei que o modifiquem ...

16



## 4 - PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE:

**Significado:** O orçamento deve conter **todas** as receitas e despesas referentes aos poderes da União.

**Consequência:** Não pode gastar sem ter dotação.

**Respaldo Legal:** Lei nº 4.320/64:

*“Art. 3º A Lei do Orçamento compreenderá **tôdas as receitas** [...]*

*Art. 4º A Lei de Orçamento compreenderá **tôdas as despesas** próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles se devam realizar, observado o disposto no artigo 2º.”*

**Princípio fundamental de controle parlamentar sobre as finanças públicas.**

17

**CE-MT:**

Art. 165 - São vedados:

I - o início de programas ou projetos **não incluídos na lei orçamentária anual**;

**LDO 2010 – Município XXX**

**Art. 24 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem **comprovada e suficiente** disponibilidade de dotação orçamentária.**

18

## 5 - PRINCÍPIO DA LEGALIDADE:

Definitivamente, a **questão das finanças públicas** contribuiu, e muito, na **afirmação dos parlamentos** frente os poderes absolutistas e, em decorrência, **na formação das modernas democracias representativas**.

Assim, do ponto de vista histórico e institucional, o Orçamento “constitui a **faculdade adquirida pelo povo de aprovar a priori, por seus representantes legitimamente eleitos**, os gastos que o Estado realizará durante o exercício.”

(Da Silva)

A aprovação do orçamento deve observar processo legislativo. Deve passar pelo exame e aprovação do Parlamento.

19

### A INICIATIVA DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS

CF88, Art. 165. Leis de **iniciativa** do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III - os orçamentos anuais.

#### MUNICÍPIO XX - LDO 2010 Art. 64 ...

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um **Grupo de Natureza de Despesa** para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, **poderão ser feitos (1) por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e (2) por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo**. (OK?)

Regimento Interno da CM-Município XX, Art. 32:

É de **competência privativa da Mesa Diretora**: ....

b) **baixar ato para alterar dotação orçamentária** com recursos destinados às despesas da Câmara; (ok?)

## A competência de **DISPOR** sobre Leis Orçamentárias

### ATRIBUIÇÃO INSTITUCIONAL

CF, Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, [...], **dispor** sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

II - **plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual**, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

CE-MT: Art. 25 - **Cabe à Assembleia Legislativa**, com a sanção do Governador do Estado, [...], **dispor** sobre todas as matérias de competência do Estado, especialmente:

II - **plano plurianual, diretrizes orçamentárias, Orçamento anual**, operações de crédito, dívida pública;

L.O.M. Município XX, Art 23. - Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, exceto quando se trate de leis orgânicas, **dispor** sobre as matérias de competência do Município e especialmente:

I - **votar** (SIC) o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais, bem como autorizar abertura de créditos suplementares e especiais;

21

## A competência de **LEGISLAR** sobre Leis Orçamentárias

- CF: Art. 24. Compete à **UNIÃO**, aos **Estados** e ao **Distrito Federal** **legislar** concorrentemente sobre: ....

- **II - orçamento;**

CE-MT: Art. 193 Cabe à **Câmara Municipal**, com a sanção do Prefeito, **legislar** sobre assuntos de interesse local, **suplementar a legislação federal e estadual, no que couber**, e instituir os tributos de competência do Município, nos termos definidos na Constituição Federal e nesta Constituição. (OK! § 2º do Art. 24, CF)

**X**

CE-YY: Art. 69 **À Câmara Municipal**, com a sanção do Prefeito, cabe **legislar** a respeito de todas as matérias da competência municipal e, especialmente, sobre:  
III - **diretrizes orçamentárias, plano plurianual, orçamentos anuais, abertura de créditos suplementares e especiais;**

## A APRECIÇÃO DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS

CF: Art. 166. Os **projetos** de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão **apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional**, na forma do regimento comum.

CE-MT: Art. 165. São vedados....

V - a **abertura** de crédito suplementar ou especial sem **prévia autorização legislativa** e sem indicação dos recursos correspondentes; (OK?)

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos **de uma categoria de programação para outra**, ou de um órgão para outro, **sem prévia autorização legislativa**; (OK?)

### MUNICÍPIO XX - LEI ORGÂNICA

Art. 121 - Os **projetos** de lei relativos ao plano plurianual, ao orçamento anual e os **créditos adicionais** serão apreciados pela Comissão Permanente de Orçamento e Finanças, à qual caberá: ..... (OK?)

X

MUNICÍPIO YY - LDO 2010 – Art. 17: Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a:

I - **fazer abertura de Créditos Suplementares que se fizerem necessários**, [...] até o limite de **80%** do total das despesas, fixados nesta Lei, ....

II - **incluir, em cada Ação, elementos novos não previstos no orçamento vigente**, .... (OK?)

X

L.O.M. Município XX - Art. 104 Os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual, e aos créditos adicionais, bem como suas emendas, serão **apreciadas (SIC)** pela Câmara Municipal e, **se for o caso**, aprovados pela **maioria absoluta** de seus membros. (III, § 2º, art. 35 ADCT)

23

X

Lei Federal nº 12.595, de 2012 – LOA 2013.

“Art. 4º Fica autorizada a **abertura** de créditos suplementares .... :

**I - a cada subtítulo, até o limite de dez por cento do respectivo valor, mediante a utilização de recursos provenientes de:**

**a) anulação parcial de dotações, limitada a dez por cento do valor do subtítulo objeto da anulação, constante desta Lei, ... ; “**

## 6 - PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE:

**Significado:** O conteúdo do orçamento deve ser divulgado.

**Consequência:** Oportunidade para que a sociedade conheça o orçamento, na expectativa de que a proposta do município possa ter validade e que sua eficácia possa ser ampliada.

**“Não há controle social sem informação”**

**Respaldo Legal:** CF 88: “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, **publicidade** e eficiência e, também, ao seguinte: ..... ”

## PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE:

### Lei de Responsabilidade Fiscal

Art. 48. **São instrumentos de transparência da gestão fiscal**, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: **os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias**; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante **incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.**

Lei Federal nº 10.257, de 2001.

Art. 44. No âmbito municipal, **a gestão orçamentária participativa** de que trata a alínea f do inciso III do art. 4º desta Lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, **como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal.**

## **MANCHETE: O Estado de São Paulo**

**“Veja na Internet o orçamento da União”**

São Paulo - O orçamento público da União, com todas as suas receitas e despesas, está disponível **pela primeira vez** numa página Web.

**3.446** páginas impressas. **(27/02/2004)**

27

### **BOM EXEMPLO: MUNICÍPIO XX**

**LDO 2009: Art. 17.** A elaboração e a aprovação dos Projetos da Lei Orçamentária de 2009 e de créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, **deverão ser realizadas de acordo com o princípio da publicidade**, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

**§ 1º Serão divulgados na internet:**

**I - pelo Poder Executivo:**

.....

**b) a Proposta de Lei Orçamentária de 2009, inclusive em versão simplificada, seus anexos e as informações complementares;**

**c) a Lei Orçamentária de 2009 e seus anexos;**

**d) os créditos adicionais e seus anexos;**

**e) a execução orçamentária e financeira, inclusive restos a pagar, ....**

## **Regimento Interno da Câmara Municipal: Arts. 190 a 192.**

Art. 190 Recebidos do Prefeito os Projetos de Lei relativos às matérias referidas no Art. 26 e Art. 104 da L.O.M., o Presidente dará conhecimento aos Vereadores, enviando-os, imediatamente, à Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária para recebimento de emendas, nos vinte dias seguintes.

Parágrafo único. A Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, pronunciar-se-á em vinte dias, sobre os Projetos e as emendas, observado o disposto nos artigos 80 a 92 da L.O.M., findos os quais, com ou sem parecer à matéria será incluída como item único da Ordem do Dia da primeira Sessão desimpedida.

Art. 191 Na primeira discussão assegurar-se-á preferência no uso da palavra, ao relator da Comissão e aos autores das emendas, respectivamente.

Art. 192 Se forem aprovadas as emendas, as matérias retornarão incontinentemente à Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, para incorporação ao texto original, no prazo improrrogável de três dias úteis, após o que serão os Projetos reincluídos imediatamente na Ordem do Dia para segunda discussão e votação do texto definitivo.

## **7 - PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO:**

Marcus Tullius Cícero - Roma, 55 a.C.

- ***“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado.***
- ***As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada.***
- ***Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência..”***

## 7 - PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO:

**Significado:** O montante da **despesa** **não deve ultrapassar** a **receita** prevista para o período.

### **Consequência:**

1. A realização de dispêndios **fica condicionada** à efetiva capacidade de obtenção dos recursos necessários para financiá-los. Não deve gastar mais do que arrecada.
2. O governo não deve absorver da coletividade **mais do que o necessário** para o financiamento das atividades a seu cargo.

**Atenção:** Avaliar muito bem a importância, a necessidade e a qualidade do gasto, pois SE sobrar “a despesa sempre expande até o limite da receita disponível”.

## PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO:

### **Respaldo Legal**

CF 88, **Art. 167:** São vedados: ....

**II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;**

CE-MT: Art. 165 - São vedados:

**I - .....**

**II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;**



## Equilíbrio entre:

### Operações de crédito e despesas de capital.

O art. 167, III, CF de 1988, **VEDA**: “a realização de operações de créditos que **excedam** o montante das **despesas de capital**, .....”

CE-MT: Art. 165 - São vedados:

I - .....

II - ....

III - a realização de operações de créditos **que excedam o montante das despesas de capital**, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

33

## DESPESAS DE CAPITAL

**Investimentos:** Despesas com o planejamento e a execução de **obras**, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, **máquinas, equipamentos e material permanente**.

**Inversões:** Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital **já em utilização**; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

**+ Amortização da Dívida**

34

## CONSEQUÊNCIAS:

- Não se deve tomar empréstimo para financiar despesa que não seja de capital, i. é, se tiver que endividar, que seja para investir.
- Evitar o financiamento de despesa corrente com empréstimo. Ou seja, **evitar crescimento inadequado e injustificado da dívida.**
- Portanto, **endividar só para investir ou reduzir a dívida.**

**É uma regra boa? É UMA REGRA DE OURO**

35

## VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA REGRA DE OURO - PLOA 2005

| Operações de Crédito              |               | Despesas de Capital (R\$ 1 bilhão) |                |
|-----------------------------------|---------------|------------------------------------|----------------|
| Refinanciamento da Dívida Pública | 935,3         | Investimentos                      | 11,5           |
| Títulos do Tesouro Nacional       | 94,6          | Inversões Financeiras              | 32,8           |
| Operações de Crédito              | 6,2           | Amortização da Dívida              | 1.003,5        |
| <b>Total</b>                      | <b>1036,1</b> | <b>Total</b>                       | <b>1.047,8</b> |
| <b>DIFERENÇA</b>                  |               |                                    | <b>11,7</b>    |

CF: Art. 167, III

LRF: Art. 12, § 2º

141

36

## 8 - PRINCÍPIO DO ORÇAMENTO BRUTO

**Significado:** Receitas e despesas em seus valores brutos, **sem qualquer tipo de dedução.**

**Consequência:** Impedir a inclusão de importância líquida, ou seja, do **saldo entre receita e despesa**, de forma a permitir efetivo controle financeiro do orçamento.

Ademais: Não há razão alguma para **subtrair** uma despesa qualquer ao controle do Parlamento.

**Respaldo legal:** Lei nº 4.320/64:

Art. 6º: “Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento **pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.**”

37

## 9 - PRINCÍPIO DA EXATIDÃO

**Significado:**

**As estimativas orçamentárias (receitas e despesas, custos) devem ser tão exatas quanto possível.**

**Consequência:**

Evitar fraudes e corrupção. Dar confiabilidade e **consistência** para que o orçamento possa ser empregado como instrumento de **programação, gerência e controle.**

38

## PRINCÍPIO DA EXATIDÃO

### Respaldo Legal:

**Decreto-Lei nº 200/67:** “Art. 89. Todo aquele que, a qualquer título, tenha a seu cargo serviço de contabilidade da União é **pessoalmente responsável pela exatidão das contas** e oportuna apresentação dos balancetes, balanços e demonstrações contábeis dos atos relativos à administração financeira e patrimonial do setor sob sua jurisdição.”

39

## 10 - PRINCÍPIO DA ESPECIFICAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO OU DISCRIMINAÇÃO

**SIGNIFICADO:** Nível adequado de **detalhamento**. As receitas e as despesas devem aparecer **de forma discriminada**, de tal forma que **se possa saber**, pormenorizadamente, **a origem do recurso e sua correta aplicação**.

### CONSEQUÊNCIAS:

- Inibe a concessão de **autorizações genéricas** que propiciem demasiada flexibilidade e arbítrio ao Poder Executivo.
- Dificulta a **transposição, remanejamento ou transferência** de recursos de uma categoria de programação p/ outra.

40

## 10 - PRINCÍPIO DA ESPECIFICAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO OU DISCRIMINAÇÃO

### RESPALDO LEGAL :

**Lei 4.320/64, Art. 5º:** “A Lei de Orçamento **não consignará dotações globais** destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências **ou quaisquer outras** ....

**CF, Art. 167,VII: Proíbe a concessão de créditos ilimitados**

**Exemplos:** Projetos de desenvolvimento da agropecuária x (Construção de mercado, feira, agroindústria, estrada vicinal, etc.); Projetos de saneamento.

**Contradição:** As ações orçamentárias nos municípios apresentam um nível de generalidade elevado, se considerarmos que, por se tratar de ações locais, deveriam possuir um nível de especificação bem maior do que a programação orçamentária da União.

**Atenção:** Especificação x desvio de finalidade.

### Res. N° 1/06-CN:

Art. 41. A emenda ao projeto que propõe acréscimo ou inclusão de dotações, somente será aprovada caso ... não seja constituída de várias ações **que devam ser objeto de emendas distintas;**

Art. 47. As emendas de Bancada Estadual deverão ... identificar de forma precisa o seu objeto, **vedada a designação genérica** de programação que possa contemplar obras distintas

## 11 - PRINCÍPIO DA NÃO-AFETAÇÃO OU DA NÃO-VINCULAÇÃO DAS RECEITAS

**Significado:** Nenhuma parcela **da receita** poderá ser reservada ou comprometida para atender a certos e determinados gastos.

### **Consequências:**

Despesas **não devem ter vinculações** com itens da receita, **não podem** ter vinculações com impostos.

Essas reduzem os graus de liberdade do processo de **planejamento**.

43

## 11 - PRINCÍPIO DA NÃO-AFETAÇÃO OU DA NÃO-VINCULAÇÃO DAS RECEITAS

CE-MT. Art. 165: São vedados: .....

IV - **a vinculação de impostos** a órgão, fundo ou despesas, **ressalvadas** a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se refere os incisos III e IV do Artigo 157 e o Artigo 159 e respectivos incisos, desta Constituição; a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo Artigo 245 desta Constituição, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no Artigo 162, parágrafo 7º, desta Constituição; **(Redação dada pela EC 8, de 1993.)**

44

1 - PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE (PUREZA!):

2 - PRINCÍPIO DA UNIDADE

3 - ANUALIDADE OU PERIODICIDADE

4 - PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE

5 - PRINCÍPIO DA LEGALIDADE:

6 - PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE:

7 - PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO

8 - PRINCÍPIO DO ORÇAMENTO BRUTO

9 - PRINCÍPIO DA EXATIDÃO

10 - PRINCÍPIO DA ESPECIFICAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO  
OU DISCRIMINAÇÃO

11 - PRINCÍPIO DA NÃO-AFETAÇÃO DAS RECEITAS

12 - PRINCÍPIO DA **SINCERIDADE**

45

12 - PRINCÍPIO DA SINCERIDADE

**Significado:** As leis orçamentárias devem apresentar de maneira sincera o conjunto dos recursos e dos encargos do Estado.

Ou seja, não pode **MENTIR**

(Art. 32, Lei Orgânica nº 2001-692 – De onde?)

46

## LDO: Constituição Federal, art. 165, § 2º

*A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá: as **metas** e **prioridades** da administração pública federal, **incluindo** as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente...*

47

### ETAPA 1 – ANÁLISE: PRIORIDADES

#### AS PRIORIDADES ESTÃO DA LDO ESTÃO CONTEMPLADAS NA LOA?

PARA RESPONDER A ESTA QUESTÃO É REQUISITO FUNDAMENTAL QUE DURANTE O PERÍODO DE APRECIÇÃO DO PROJETO DA LDO O VEREADOR VERIFIQUE:

- **SE AS PRIORIDADES ESTÃO CONTEMPLADAS.**
- **SE ESTÃO DE ACORDO COM AS DEMANDAS DA COMUNIDADE QUE REPRESENTA, E**
- **SE ESTÃO COMPATÍVEIS COM O PDOT E COM O PPA.**

PORQUE?????

48

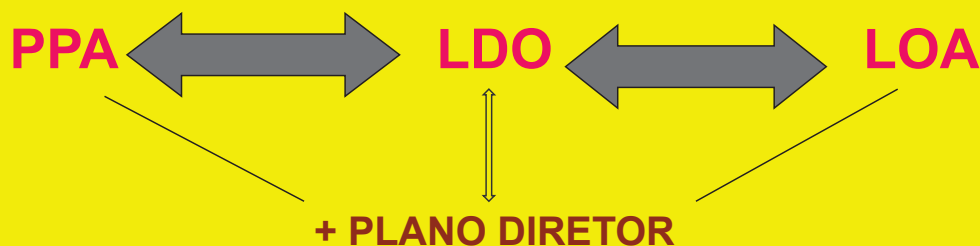


## PORQUE CONSTITUCIONALMENTE O PROCESSO ORÇAMENTÁRIO ESTÁ INSERIDO NUM SISTEMA DE PLANEJAMENTO

## NO BRASIL TEMOS UM SISTEMA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

COMPOSIÇÃO:

TRÊS LEIS BÁSICAS:



49

## E O SISTEMA DE PLANEJAMENTO CONSTITUCIONAL NÃO EXISTE SEM A PROGRAMAÇÃO DAS PRIORIDADES DA LDO

As **metas** e **prioridades** da LDO estabelecem o ELO entre a programação de médio prazo do PPA com o plano operativo<sup>(1)</sup> (LOA).

ATENÇÃO: O Plano Diretor deve vincular-se aos demais instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA). Essa vinculação deve ser estabelecida por meio da **programação** do PPA que trata dos investimentos previstos no Plano Diretor. Esses devem ser considerados prioritários na LDO e terem seus recursos garantidos na LOA, de forma que a estratégia estabelecida seja alcançada, NOS TERMOS DA LEI:

Lei Federal nº 10.257, de 2001. Art. 40. ...

**§ 1º O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.**

O orçamento é um plano expresso em termos financeiros que **vincula** o gasto público à obtenção de determinados objetivos e metas.

50

Além do PDOT, há outras prioridades compulsórias no MT:

Art. 313 ....

§ 1º - A distribuição de recursos públicos **assegurar** a **prioridade ao atendimento das necessidades sociais**, nos termos da Política Estadual de Habitação e Saneamento, e será prevista no Plano Plurianual **de Investimento** (SIC) do Estado e **nos orçamentos estadual e municipais**, os quais **destinarão recursos específicos para programas de habitação de interesse social e saneamento básico**.

### ETAPA DAS PROPOSIÇÕES

CE-MT: “Do Poder Legislativo Municipal”, Art. 194 **O projeto de lei do orçamento anual ou os projetos de lei** que o modifiquem **poderão ser objeto de emendas**, desde que observadas as demais disposições da Constituição Federal e os de legislação pertinente e indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídos os que incidem sobre:

- I - dotação para pessoal e seus encargos;
- II - serviços da dívida.

A **segunda etapa** decorre da primeira. É nesta etapa que, nos termos do art. 166 da CF88 e do Art. 194, da CEMT, o vereador pode e deve propor:

- i) **Alterações na programação**: retirando ações, acrescentando outras, substituindo algumas. Enfim, aperfeiçoando e adequando o plano de trabalho do município para o exercício seguinte para que o mesmo possa ser eficiente, eficaz e efetivo nas realizações de bens e serviços em prol da comunidade.
- ii) **Alterações no texto**, principalmente para zelar que abusos não sejam autorizados pela Câmara Municipal, **pois certamente serão propostos**.

## ATENÇÃO:

**“Um parlamento subserviente à vontade do Executivo, ignorante do seu papel e de sua importância social, e invariavelmente descompromissado com a população buscando realização pessoal, fazem das peças orçamentárias simples estórias de faz de conta, para atender à exigência da Lei Maior.”**

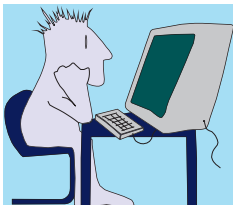
(Marinella Machado Araújo e outros, 2008)

OBRIGADO A TODOS PELA ATENÇÃO !!!



# VANDER GONTIJO

**[vander.gontijo@camara.leg.br](mailto:vander.gontijo@camara.leg.br)**



**61- 3216-5105**

